

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO de <i>Paulo de Barros Carvalho</i>	13
PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO de <i>Geraldo Ataliba</i>	17
INTRODUÇÃO	25
INTRODUÇÃO DA 1ª EDIÇÃO	33

CAPÍTULO I

1. Aspectos do conhecimento	37
2. Proposição e linguagem	38
3. Isolamento temático da proposição	40
4. A reflexão lógica	41
5. O domínio das formas lógicas	41
6. A formalização	42
7. As variáveis e as constantes na forma lógica	45
8. Tipos de variáveis lógicas	46
9. Formalização e generalização	47
10. Formalização e simbolismo	49

CAPÍTULO II

1. A linguagem formalizada	53
2. Linguagem lógica e objetividade	55
3. Níveis de interpretação	56
4. Lógica materia	58
5. A lógica jurídica como metodologia jurídica	59
6. O tema da lógica jurídica formal	61
7. Formalização da linguagem jurídica	62
8. Experiência da linguagem jurídica	64
9. A proposição jurídica	66
10. O functor dever-ser	67

32

11. Irreduzibilidade do modal deôntico	67
12. A jurisprudência sociológica	69
13. Retomada da irreduzibilidade do dever-ser	69

CAPÍTULO III

1. O caráter relacional do dever-ser	71
2. A variável relacional	72
3. Tripartição modal e os dois valores da p-normativa	74
4. Bivalência da proposição normativa	75
5. A tese de redução em Schreiber	77
6. A redução em Alf Ross	78
7. A experiência da linguagem das normas jurídicas	80
8. A validade no descritor	81
9. O caráter seletivo do descritor	83
10. As estruturas lógicas do direito	84
11. O formalismo lógico	86
12. Irredução da lógica jurídica	86

CAPÍTULO IV

1. Estrutura da proposição jurídica	89
2. O deôntico na tese	92
3. Comentários sobre a teoria de Alf Ross	93
4. Incidência do operador deôntico	96
5. Validade e verdade	98
6. Valências da proposição normativa	101

CAPÍTULO V

1. Norma primária e norma secundária	103
2. A relação antecedente/conseqüente	104
3. As categorias modais	104
4. Modos alético e deôntico	106
5. Substrato objetivo da distinção modal	107
6. Conexão entre norma primária e norma secundária	108
7. Do conectivo E	109
8. Generalidade da proposição	110
9. Retomada do conectivo E	112

10. O conectivo OU	113
11. O nexó “se..., então”	114
12. Confronto dos operadores	115

CAPÍTULO VI

1. Interdefinibilidade dos conectivos	121
2. A via para escolha do conectivo	123
3. A situação objetiva deôntica	123
4. Uso do OU-includente	126
5. Tese de F. Kaufmann	127
6. A disjuntividade proposicional em Cossio	129
7. Juízo disjuntivo e juízo hipotético	130
8. Funções do dever-ser	132

CAPÍTULO VII

1. Funções sintáticas da negação	135
2. Teoria de Pfaender	136
3. A negação na norma secundária	137
4. Caráter neutral da negação	139
5. Pretensão-de-verdade e pretensão-de-validade	141
6. O fáctico e o valor	143
7. Relação entre modos deônticos	144
8. Estrutura relacional da proposição jurídica	145
9. Neutralidade axiológica do functor deôntico	148

CAPÍTULO VIII

1. Do sistema jurídico: continuidade normativa	151
2. A unidade do sistema como unidade formal	154
3. O direito como sistema empírico	155
4. Dois níveis de sistema	156
5. O conceito de sistema em nível de objetos	159
6. A unidade do sistema na ciência e no direito	162
7. Sistema como categoria gnosiológica	164
8. Unicidade do sistema	166
9. Conjuntos e subconjuntos	167
10. O extralógico na relação entre sistemas	169

CAPÍTULO IX

1. Consistência no sistema da Ciência-do-Direito	171
2. Sistemas não-isomórficos	174
3. Pluralismo das dogmáticas ou ciências positivas	175
4. A não-contradição e os sistemas científicos empíricos	177
5. Contradição no sistema do direito positivo	178
6. Leis lógicas e regras	180
7. As leis lógicas como metalinguagem	182
8. Um aspecto do logicismo	183
9. Contraditoriedade entre normas	184
10. Unidade gnosiológica e unidade empírica do direito	189

CAPÍTULO X

1. Aspectos da completude do sistema jurídico	193
2. Tipificação do fáctico	195
3. Substrato sociológico da completude do sistema jurídico	196
4. Um ângulo analítico da completude	197
5. Esquematização seletiva do fáctico	200
6. Duas vias para ir à completude do sistema	201
7. Posição de Eugen Ehrlich	203
8. Pontos de vista genético e sistemático	204
9. A necessidade da construção	207

CAPÍTULO XI

1. A permissão bilateral	209
2. Do espaço juridicamente vazio	210
3. O que não significa a completude	212
4. Pontos de vista estático e dinâmico	215
5. Os aspectos lógico e axiológico do tema	217
6. Completude nos níveis de linguagem	220
7. Completude lógica e completude jurídica	221
8. Fechamento e completude	223

CAPÍTULO XII

1. O dever jurisdicional de julgar	225
2. Sistema empírico descritivo e sistema empírico prescritivo	227

3. Insuficiência do argumento por analogia	228
4. A valoração no argumento por analogia	231
5. Reconstrução formal do argumento por analogia	233
6. O argumento a contrario sensu	234
7. Indecidibilidade ante os casos omissos	237

CAPÍTULO XIII

1. Os dois níveis de linguagem	239
2. Argumento a contrario e completude	240
3. Formalização da norma geral-excludente	242
4. Kelsen e a norma geral negativa	243
5. Permissão positiva e permissão negativa	245
6. Caráter deôntico da proposição negativa	247
7. O juízo jurídico negativo	248
8. A licitude na norma geral negativa	250
9. Alguns aspectos do modo permissivo	251
10. Conflitos insolúveis	253
11. Função mínima da norma completante	254
12. Obrigatoriedade, facultatividade e norma geral negativa	256
13. Inexistência de norma proibitiva	258
14. Multivocidade do dever-ser em Kelsen	259

CAPÍTULO XIV

1. Formalização do sistema	263
2. Sistema simples e sistema composto	264
3. Critério de pertinência	265
4. Diferença sintática dos dois critérios	267
5. Impossibilidade do sistema normativo simples	268
6. Consistência no interior da sistema	271
7. Formalização da consistência	273
8. Ângulo sintático da consistência	274
9. Postulado de unidade e consistência no direito, na ciência-do-direito e na lógica	277
10. Sistema de proposições normativas e sistema social	280
11. Lógica e sistema empírico	281

CAPÍTULO XV

1. O Formal e o extraformal dos níveis normativos	283
2. Gradação das fontes	287
3. O extralógico no raciocínio jurídico	289
4. Relação hipótese/conseqüência	291
5. Positivismo e raciocínio jurídico	293
6. A conclusão além das premissas	295
7. O extralógico da decisão	296
8. Ingresso na ontologia	298
9. Formas lógicas e experiência	301
 BIBLIOGRAFIA	 303